

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Cúpula mundial reforça urgência do meio ambiente

Legisladores de 85 países elaboram, no Rio de Janeiro, documento estabelecendo responsabilidades comuns entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento

Pág. 2



A Cúpula Mundial de Legisladores desenvolveu seus trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, durante a Rio+20, sob comando do senador Cícero Lucena

No ar em Teresina, rede da Rádio Senado estará em 11 capitais até o fim do ano

Pág. 3

Assembleias criam Fórum de Segurança Pública para buscar soluções

Pág. 4

Meio ambiente ganha acordo mundial

Durante a Rio+20, representantes de 85 países repudiam retrocessos e planejam reavaliações a cada dois anos

A Cúpula Mundial de Legisladores, vinculada à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), entregou um protocolo ambiental produzido por parlamentares de 85 países ao secretário executivo da conferência, Sha Zukang, em 17 de junho.

A mesa que comandou os trabalhos, na Assembleia do Rio de Janeiro, foi dirigida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Também participaram os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Braga (PMDB-AM), João Capiberibe (PSB-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), além dos deputados Augusto Carvalho (PPS-DF), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Márcio Macêdo

(PT-SE), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Rebecca Garcia (PP-AM) e Valadares Filho (PSB-SE).

No documento, os participantes defendem responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Preveem transferência de tecnologias para nações menos favorecidas, compromisso com a erradicação da pobreza e a inclusão do capital natural no centro dos debates.

Encontro bienal

Os integrantes firmaram acordo de se reunirem a cada dois anos, no Rio, para avaliar os avanços na implementação de compromissos da Rio+20.

Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, disse que é preciso

ampliar o monitoramento das decisões tomadas pelos governos. Perpétua disse que foi assinado o compromisso de lutar pela economia verde, protegendo a soberania de cada país.

Durante a cúpula, legisladores apresentaram medidas que estão sendo adotadas em seus países. A Colômbia está a seis meses de concluir um processo de medição dos recursos naturais, para então propor uma legislação valorando economicamente estes recursos. O Vietnã quer propor o pagamento por serviços ambientais. Na União Europeia, os países se uniram em esforços para medir seus níveis de poluição e propor a tributação de quem consome recursos naturais.

No Brasil, vários projetos tramitam no Congresso. Um dos



Jane Araújo/Agência Federal

Cúpula Mundial de Legisladores se reuniu na Assembleia do Rio de Janeiro

mais discutidos é o Projeto de Lei 2.900/11, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que cria o PIB verde, segundo o qual seriam considerados para o cálculo das riquezas brasileiras os critérios econômicos tradicionais acrescidos de informações sobre o patrimônio ecológico nacional. Para Jandira, alguns aspectos

do capital natural são intangíveis e não podem ser discutidos apenas sob a ótica econômica.

— Como é que se valoram os aspectos culturais e religiosos daqueles que habitam as florestas? Como é que se mede regulação de clima? — questionou ela.

(Com informações da Agência Câmara)

União de esforços defende legislativos

A estrutura do Interlegis ficará disponível para ações da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Uma das primeiras ações conjuntas será a promoção de um seminário encabeçado pela Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal (Fenale). A ideia é fazer uma reflexão sobre as questões ligadas aos parlamentos municipais, estaduais, distrital e nacional, sob o ponto de vista dos profissionais que operam a estrutura das casas.

O acordo para ações conjuntas foi assinado dia 25 de junho, em Brasília, pelo presidente da Unale, Joares Ponticelli, pelo presidente do Interlegis, Haroldo Tajra, e pelo presidente da Abel, Florian Madruga. O documento foi assinado pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena

(PSDB-PB), diretor nacional do programa.

Tajra disse que propôs o encontro também para agradecer o apoio aos eventos paralelos organizados pelo Interlegis durante o congresso nacional da entidade, em Natal, no começo de junho.

Madruga lembrou que, há quatro edições, a Abel inaugurou a participação de outras entidades ligadas ao Legislativo no Congresso da Unale e também defendeu que as escolas do legislativo

são fundamentais para a efetividade das parcerias dentro da comunidade legislativa.

Ponticelli afirmou que, na Unale, pretende honrar e intensificar os contatos estabelecidos pelo seu antecessor no cargo, José Luís Tchê. Para Ponticelli, é preciso unificar o discurso de agentes e entidades na defesa e fortalecimento do Poder Legislativo, sempre atacado, muitas vezes injustamente, segundo ele, pela imprensa.



Luiz Alves/Senado Federal

Madruga, Tajra e Ponticelli assinam acordo para ações conjuntas

Filósofos e cientistas políticos discutem política

Entre 20 de junho e 7 de agosto, no auditório do Interlegis, 11 filósofos e cientistas políticos brasileiros e franceses trataram de temas relacionados à política, entre os quais a legitimidade do sistema representativo, novas formas de democracia direta e o binômio ética e moral.

O público foi formado por estudantes, professores e servidores do Senado e outros órgãos públicos. A vinda dos palestrantes estrangeiros foi custeada por faculdades que se associaram ao projeto: Upis, Unieuro e UDF.

Segundo o coordenador do evento, embaixador Jerônimo Moscardo, “a ideia foi trazer

Palestrantes no Fórum Senado Brasil 2012

- Francis Wolff** – O apolitismo, a maior ameaça à democracia.
- Charles Girard** – Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade, legitimidade.
- Luiz Alberto Oliveira** – *Homo civilis* (ou *Homo sapiens 2.0*).
- Sergio Paulo Rouanet** – Abismos da democracia.
- Franklin Leopoldo e Silva** – Ética, moral e política.
- Renato Lessa** – Representação política: fundamentos e dilemas.
- Eugênio Bucci** – A democracia-espetáculo e a imagem da política.
- Vladimir Safatle** – A democracia para além do Estado democrático de direito.
- Frédéric Gros** – Introdução às ciberdemocracias – elementos para uma antropologia do *Homo connecticus*.
- Helton Adverse** – Democracia liberal e governamentalidade.
- Renato Janine Ribeiro** – A palavra livre e infeliz.

pensadores e nomes ligados à cultura para fomentar discussões que transcendam o dia a dia”. Ele vai propor um calendário anual

de eventos para reflexão sobre assuntos de interesse para o país. (com informações da Agência Senado)



Arquivo da Câmara de Jaguarão

Dino Capriolo, do BID, discursa em encontro na Câmara de Jaguarão (RS)

Interlegis supera meta de participação em encontros

O Interlegis ultrapassou, antes do prazo previsto, a meta de casas legislativas em eventos da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo. Em menos de três anos, 1.605 casas participaram de encontros regionais. Esse patamar havia sido estabelecido como um dos indicadores de resultados do componente 4 do Programa Interlegis, negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pela meta, 25% das casas legislativas (1.390) deveriam

participar dos seminários regionais até o terceiro ano do programa. O número alcançado ainda no primeiro semestre representa 115,45% da meta.

A meta diz respeito ao fortalecimento da Rede de Parlamentares e Cooperação Técnica Parlamentar Internacional, nas seguintes linhas de ações: desenvolvimento de *networking* parlamentar; criação de redes virtuais de relacionamento, seminários e encontros; integração por meio de seminários; e eventos internacionais.

Histórico de participação das casas

PERÍODO	QUANTIDADE	% DA META	TOTAL ACUMULADO	% ACUMULADO
JAN-AGO 2010	588	42,30	588	42,30
AGO-DEZ 2010	197	14,17	785	56,47
JAN-DEZ 2011	517	37,19	1.302	93,66
JAN-JUN 2012	303	21,79	1.605	115,45

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis:
Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis
Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Leticia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Wéllida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep – Senado Federal

Capa: reunião da Cúpula Mundial de Legisladores na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049



José Cruz/Agência Senado

O lançamento da emissora teve cerimônia no Senado, com Sarney e os senadores piauienses

Rádio Senado começa a operar em Teresina

Capital piauiense é a sexta a ter a emissora, que até dezembro chega a mais 5 cidades

A população de Teresina passou a receber a programação da Rádio Senado em 27 de junho, na frequência de 104,5 FM. A solenidade de inauguração foi transmitida ao vivo, de Brasília. A capital piauiense é a sexta a contar com a estação, já disponível em Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza e Rio Branco.

A nova emissora da rede é resultado da parceria entre a Rádio Senado e a Assembleia Legislativa do Piauí, que vai ceder, em compartilhamento, sua torre de rádio e o espaço físico para abrigar os equipamentos. O Piauí possui hoje 3,4 milhões de habitantes e, desse total, Teresina concentra mais de 800 mil pessoas.



Onze capitais até o fim de 2012

Pelo projeto de expansão, até o fim do ano a rádio estará em: Teresina, Maceió, Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa e Macapá, além de Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza e Rio Branco

Para o presidente do Senado, José Sarney, a transparência, a imparcialidade do trabalho e o estímulo à cidadania transformaram os veículos e serviços do Senado em referência nacional em comunicação pública. “Assim os eleitores de Teresina podem saber o que acontece no Congresso Nacional e participar

dos avanços da democracia brasileira”, afirmou o senador. O projeto de expansão da Rádio Senado prevê, ainda em 2012, a instalação da emissora em pelo menos outras cinco capitais (Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá), onde o Senado já tem as concessões de canais de FM.

Diagnósticos em câmaras municipais realizados em junho

- | | |
|--|--|
| BA: Xique-Xique, Barra, Barreiras, Amargosa, Maragogipe; | MS: Ponta Porã, Dourados, Nova Andradina; |
| PI: Jaicós, Oeiras, Valença do Piauí; SE: Laranjeiras; | MT: Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres; |
| MG: João Pinheiro, Unai, Tupaciguara, Uberlândia; | SC: Florianópolis, Blumenau, Joinville, São Bento do Sul. |

Porta-retratos



Em foto de Mauro Pimentel, estátua de Tiradentes em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Interlegis sedia três eventos de tecnologia da informação

De 20 a 26 de agosto, profissionais de informática estarão na sede do Interlegis, em Brasília, para uma maratona de encontros sobre temas ligados à tecnologia da informação nas casas legislativas. Os eventos são promovidos pelo Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), uma comunidade de práticas on-line com mais de 600 membros que trabalham de forma colaborativa, suportada pelo programa Interlegis e voltada ao uso de ferramentas tecnológicas no Legislativo.

O primeiro evento será o Encontro do Gitec, que ocorre todo ano e tem o objetivo de materializar todo o intercâmbio “tecnológico-afetivo” que é realizado virtualmente. Também ajuda a promover a atualização tecnológica dos participantes, por meio de palestras, espaços abertos, palestras-relâmpagos, minicursos e mesas redondas.

Este ano o tema do 5º Encontro do Gitec (de 20 a 22) é “A Lei de Acesso à Informação e o papel da TI nas casas legislativas”.

Os participantes discutirão a aplicação da Lei 12.527/11, principalmente as práticas que prezem a utilização de tecnologias de código livre e que possam ser facilmente replicadas.

Na sequência, ocorrerão outros dois grandes eventos na área de tecnologia da informação. O Plone Symposium (de 22 a 24) acontece em diversas cidades pelo mundo e tem sete edições regionais já realizadas, sob a chancela da Plone Foundation. Serão apresentados casos de sucesso de aplicação desse sistema tanto na iniciativa privada quanto em governos, sua evolução tecnológica e boas práticas de desenvolvimento.

Nos dias 25 e 26, acontece o Caipirinha Sprint, onde técnicos desenvolvem rotinas de interesse dos participantes. Por praxe, o nome escolhido é uma referência à cidade ou país onde é realizado. Caipirinha Sprint foi sugerido por um argentino, em homenagem ao Brasil. Os organizadores garantem que não será consumido álcool.



Luiz Alves/Senado Federal

Vereadores de Taubaté reúnem-se no Interlegis, em Brasília

Câmara de Taubaté colhe frutos da parceria com o Interlegis

Em pouco mais de um ano de ações conjuntas, o Interlegis e a Câmara de Taubaté (SP) comemoram resultados expressivos: 108 servidores já receberam certificados em diversos cursos, e a Lei Orgânica da cidade foi revisada e atualizada. O fato foi marcado pelo agradecimento formal da Casa ao Interlegis, aprovado em sessão plenária e enviado ao presidente do Senado, José Sarney, em 15 de junho.

Representando os servidores, o gerente legislativo Luís Rodrigo de Andrade recebeu em 20 de junho o certificado do curso Desenvolvimento de Competências Gerenciais. Os agraciados participaram dos cursos a distância disponibilizados pelo Interlegis entre 9 de abril e 16 de maio, com carga horária de 35 horas. O certificado foi entregue pelo vereador Jeferson Campos, diretor da Escola Legislativa Nivaldo Zöllner, e também por Luizinho da Farmácia, Maria Teresa Paolicchi e Chico Saad.

Foram oferecidos os cursos:

BrOffice, Cerimonial Legislativo, Excelência no Atendimento, Gestão de Convênios e Conhecimento Legislativo, Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Direito Administrativo e ao Orçamento Público, Licitações e Contratos, Noções de Administração, Organização de Gabinete, Práticas em Jornalismo Legislativo, Técnicas de Oratória e Avaliação de Políticas Públicas.

Presidente da Câmara, Luizinho da Farmácia destacou que a escola legislativa e as atividades do Interlegis permitirão o aprimoramento das atividades legislativas em toda a Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Desde que foi instituída, em 2011, a escola fez oito encontros com estudantes no Programa Câmara vai à Escola, parceria com o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

(Com informações da Câmara de Taubaté)

Presidente do Fórum, o deputado mineiro João Leite (3º à dir.) alerta para a necessidade de desenvolver ações conjuntas de combate ao tráfico de drogas



Guilherme Dardanyan/ALMG

Fórum legislativo nacional discute segurança pública

Assembleias criam entidade para intercâmbio de propostas ligadas ao setor

Foi instalado, em 25 de junho, o Fórum Legislativo de Segurança Pública, que reúne representantes de comissões que tratam do tema em legislativos de vários estados. A solenidade ocorreu na Assembleia de Minas Gerais e foi antecedida por reunião de trabalho entre representantes de comissões de segurança pública de dez assembleias legislativas.

A primeira mesa diretora é presidida pelo deputado mineiro João Leite e tem cinco vice-presidentes: Cabo Maciel (Norte), Delegado Cavalcante (Nordeste), Cabo Almi (Centro-Oeste), Gilson Lopes (Sudeste) e Amauri Soares (Sul). Outro deputado mineiro, Sargento Rodrigues, foi empossado como secretário.

O objetivo do Fórum é promover o intercâmbio de experiências relacionadas à defesa social; estudar o aprimoramento das políticas de segurança dos estados; e acompanhar, junto ao Congresso e ao Poder Executivo, as propostas de revisão da legislação aplicável ao setor.

João Leite mencionou a importância das ações integradas para proteger as fronteiras. Também alertou para a necessidade de serem desenvolvidas políticas de combate ao tráfico de drogas, responsável pela maior parte das ações do crime organizado.

De acordo com o presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, Efraim Filho (DEM-PB), o Fórum

vai resguardar o papel dos estados em relação a suas competências para reforçar as estratégias de defesa social.

Para o secretário-adjunto de Defesa Social de Minas Gerais, Denilson Feitoza, o pacto federativo deve ser revisto. Ele considera que a União concentra a maior parte dos recursos, dificultando os investimentos dos estados em segurança.

O representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Defesa, Fábio Xavier, disse que o Fórum compartilha questões que preocupam os estados e vai concentrar esforços na elaboração de soluções para problemas comuns.

Segundo a Carta de Belo Horizonte, a sensação de insegurança

da população é reforçada pela elevação da criminalidade e pelo aumento do consumo de drogas e do número de jovens em conflito com a lei.

Para tentar mudar o quadro, os parlamentares pretendem discutir itens como o sistema nacional penitenciário; a melhoria do sistema de defesa dos mais de 17 mil quilômetros de fronteira; e o papel da mídia na divulgação de assuntos ligados à criminalidade.

A carta é assinada por representantes de comissões de segurança pública das dez assembleias presentes ao encontro: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Violência: insustentável, mas com solução

Em 2006, o *Jornal do Senado* publicou uma edição especial sobre segurança pública e a violência no Brasil, do ponto de vista do Parlamento. Na ocasião, o senador Jefferson Peres, morto em 2008, observou que famílias das vítimas de crimes bárbaros pediam rapidez e eficiência na punição. Mas alertou:

— Mais do que crimes isolados, cometidos por indivíduos perigosos, a sucessão de casos de extrema violência compõe um quadro social no Brasil.

O pesquisador Luís Mir, no livro *Guerra Civil — Estado e Trauma* (2004), classificou a situação brasileira como de guerra conflagrada, diante do grande número de mortos e feridos por armas de alto calibre. Segundo ele, a “guerra civil” é a principal causa de morte entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade.

A complexidade do fenômeno costuma provocar intensos embates ideológicos: há os que entendem a criminalidade como resultado de penalidades benevolentes e ineficiência do aparato de repressão policial e os que enxergam como resultante da grande desigualdade social do país e da atuação violenta do próprio Estado.

Senado discute projetos de jovens senadores

O Programa Senado Jovem Brasileiro rendeu quatro projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição.

Um deles foi acatado em maio pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A estudante Jéssica Renata Gomes Perez, do Mato Grosso do Sul, sugeriu que avaliações seriadas no final de cada ano do ensino médio sejam usadas para acesso às instituições públicas de ensino superior. A ideia virou o Projeto de Lei 211/12.

Em 12 de julho, a CDH aprovou proposta da estudante pernambucana Samira Laís Paulino da Silva. A autora do atual Projeto de Lei



Moirena Menezes/Agência Senado

Estudantes participam de sessão no Plenário, como jovens senadores

261/12 quer incluir a disciplina “Princípios da Pedagogia” na grade curricular do ensino médio. O andamento dos projetos pode ser acompanhado no *site* do Senado.

As escolas de ensino médio têm até 31 de agosto para enviar às secretarias estaduais de Educação as redações escolhidas para participarem do 5º

Concurso de Redação do Senado. O autor passa a ser o Jovem Senador que representará seu estado durante três dias, em novembro.

O vencedor ainda ganha um *notebook* e pode trazer um acompanhante (responsável legal, se menor de 18 anos) a Brasília, sem despesas de hospedagem, deslocamento e alimentação.

Começa dia 21 a propaganda eleitoral em rádio e televisão

É preciso atenção aos prazos e normas das eleições municipais deste ano, com votações marcadas para o dia 7 de outubro.

O período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, começa em 21 de agosto e vai até 4 de outubro.

As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião para conhecimento público devem registrar cada pesquisa na Justiça Eleitoral até cinco dias antes da divulgação de cada resultado. O registro será realizado apenas via internet, pelo Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), disponível nos *sites* dos tribunais eleitorais. E poderá ser feito a qualquer tempo, independentemente do horário de funcionamento do cartório eleitoral. Se a pesquisa abranger mais de um município, o sistema gerará registros individualizados por município e será criado um protocolo para cada localidade.

As informações e os dados registrados no sistema de

pesquisa ficarão à disposição, pelo prazo de 30 dias, nos *sites* dos tribunais eleitorais.

DivulgaCand é o sistema responsável pela divulgação das candidaturas registradas em todos os municípios do Brasil. Por meio do sistema, é possível consultar o quantitativo de candidaturas por município e cargo, a situação do candidato, e todos os seus dados, conforme informado à Justiça Eleitoral. O sistema é disponibilizado na Internet para todos os cidadãos, em divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012.

Os partidos políticos, as coligações e os candidatos devem divulgar, pela rede mundial de computadores, relatório discriminado dos recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, num *site* específico criado pela Justiça Eleitoral.

(Com informações do Tribunal Superior Eleitoral)

Matrículas para ensino a distância vão até dia 21

A terceira oferta de 2012 para os 25 cursos gratuitos a distância do Interlegis tem matrículas abertas até 21 de agosto. O parlamentar ou servidor de casas legislativas interessado deve acessar saberes.interlegis.leg.br.

Cursos disponíveis

- BrOfficeCalc • Br Office Writer • Cerimonial no Ambiente Legislativo • Desenvolvimento de Competências Gerenciais • Excelência no Atendimento • Formação de Tutores para EAD • Gestão de Convênios • Gestão do Conhecimento Legislativo • Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal • Introdução ao Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público • Introdução ao Orçamento Público • Licitações e Contratos • Noções Básicas de Administração
- Organização de Gabinete Parlamentar • Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal • Práticas em Jornalismo Legislativo • Redação e Técnica Legislativa • Técnicas de Oratória • Busca da Qualidade • Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas • Cidadania e o Papel do Legislativo • Técnicas de Arquivo
- Técnicas de Reunião • Administração do Tempo • Reforma Ortográfica •